



Você, sem fronteiras.

TIM Fiber RJ S.A. CNPJ: 02.720.349/0001-23

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas Em cumprimento à legislação societária e reforçando nosso compromisso com as boas práticas de governança corporativa e transparência, a Administração da TIM Fiber RJ S.A. ("Companhia") tem a satisfação de apresentar seu relatório anual da Administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. As informações estão apresentadas em milhares de reais. A documentação que dá suporte às contas ora apresentadas encontra-se à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria da Companhia coloca-se à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente tornem-se necessários.

(controladora direta da AES Communications Rio de Janeiro S.A. à época), um contrato tendo por objeto a compra de sua participação societária na Companhia (98,3% do capital social). Em 31 de outubro de 2011, após o atendimento às condições contratuais precedentes e a outras condições externas ao acordo (tais como aprovação da operação por órgãos reguladores) a transação foi concluída. O valor desembolsado pela TIM Celular S.A. foi de R\$ 447.471. Com a conclusão da compra, a Companhia teve sua denominação social alterada para TIM Fiber RJ S.A. e passou a fazer parte do Grupo TIM no Brasil ("Grupo"). O contrato de compra obrigava a TIM Celular S.A., após a conclusão da operação, a estender a oferta de aquisição de ações aos acionistas minoritários da Companhia. A nova oferta foi realizada ainda no exercício de 2011 e continuará vigente até o dia 26 de fevereiro de 2012.

3. Desempenho do ano - A Companhia auferiu em 2011 receitas líquidas de R\$ 108.619, o que representa um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. O Ebitda da TIM Fiber RJ S.A. foi de R\$ 66.144, crescimento de 21% quando comparado ao Ebitda de 2010. O lucro líquido foi de R\$ 33.122, superior em 2% em relação a 2010. A principal razão da pouca variação do lucro líquido é o aumento da provisão para imposto de renda e contribuição. O IR e a CSLL do exercício foram maiores devido à não apropriação de juros sobre o capital próprio em 2011. Em 2010, o JSCP foi apropriado. A nova Administração iniciou suas atividades com vistas a implementação do novo segmento de negócio (business residencial) e espera iniciar tal operação até o terceiro trimestre de 2012.

1. Transferência de controle - Em 08 de julho de 2011, a TIM Celular S.A. firmou, com a AES Elpa S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) Table with columns for 2011, 2010 (reclassificado), and PASSIVO. Rows include Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.) and Não Circulante (Impostos e contribuições indiretos, Depósitos judiciais, etc.).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) Table with columns for 2011, 2010 (reclassificado), and PASSIVO. Rows include Circulante (Fornecedores, Empréstimos, Obrigações trabalhistas, etc.) and Não Circulante (Empréstimos, Provisão para contingências, Imposto de renda, etc.).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas operacionais, Lucro operacional, and Lucro líquido do exercício.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais) Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2009, Lucro líquido do exercício, Distribuição de dividendos intermediários, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais) Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Atividades operacionais, Investimentos, and Financiamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma) Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Reservas de lucros, Prejuízos acumulados, and Proposta de dividendos complementares.

1. Contexto operacional Áreas de atuação

A TIM Fiber RJ S.A. ("TIM Fiber RJ" ou "Companhia") é uma sociedade prestadora de serviços de telecomunicações, autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia. A área de prestação de serviço é todo o território nacional e o prazo da autorização é indeterminado. A Companhia foi autorizada a operar através do Ata nº 0.208 da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, publicado em 5 de maio de 2000. Tal ato foi adaptado pelo Ato nº 63.163, de 18 de janeiro de 2007.

Atualmente, a principal área de atuação da Companhia é o atendimento a operadoras e demais prestadoras de serviços de telecomunicações, prestando serviços de aluguel de infra-estrutura. Em menor escala, a TIM Fiber RJ atende a provedores de internet e corporações, provendo soluções nas velocidades de 64 kbps a 1 Gbps. É previsto para o próximo exercício social o início dos serviços de banda larga residencial, onde a Companhia passará a atender pessoas físicas em grande escala.

A TIM Fiber RJ atende seus clientes nos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti, através de sua rede própria de fibras óticas.

Incorporação e mudanças de controle acionário Constituída em agosto de 1998, sob a razão social "Light Telecom Ltda.", a Companhia teve sua denominação alterada em novembro de 2001 para "AES Communications Rio de Janeiro Ltda.". Nesta época, seu controle foi transferido para o Grupo AES. Em dezembro de 2003, a Companhia foi transformada em sociedade anônima de capital fechado. Em 08 de julho de 2011, a TIM Celular S.A. firmou, com a AES Elpa S.A. (controladora direta da AES Communications Rio de Janeiro S.A. à época), um contrato tendo por objeto a compra de sua participação societária na Companhia (98,3% do capital social). Em 31 de outubro de 2011, após o atendimento às condições contratuais precedentes e a outras condições externas ao acordo (tais como aprovação da operação por órgãos reguladores) a transação foi concluída. O valor desembolsado pela TIM Celular S.A. foi de R\$447.471. Com a conclusão da compra, a Companhia teve sua denominação social alterada para TIM Fiber RJ S.A. e passou a fazer parte do Grupo TIM no Brasil ("Grupo"). O contrato de compra obrigava a TIM Celular S.A., após a conclusão da operação, a estender a oferta de aquisição de ações aos acionistas minoritários da Companhia. A nova oferta foi realizada ainda no exercício de 2011 e continuará vigente até o dia 26 de fevereiro de 2012.

Resumo das principais práticas contábeis As práticas contábeis a seguir apresentadas são aplicáveis para as demonstrações financeiras da Companhia (BRGAAP/IFRS). a. Moeda funcional e moeda de apresentação A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$) que também é a moeda funcional da Companhia. b. Caixa e equivalentes de caixa Incluem o caixa, os depósitos bancários a vista e investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses após a data de aplicação. Estes investimentos de curto prazo possuem risco insignificante de mudança de valor. c. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado São representados por aplicações com vencimento original superior a três meses da data da aplicação. Tais ativos são registrados pelo seu valor justo, de acordo com os critérios listados no item c., abaixo. c.1. Ativos financeiros c.1.1. Classificação O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo através do resultado, (2) mantidos até o vencimento, (3) empréstimos e recebíveis e (4) mantidos para venda. Em todas as datas apresentadas nestas demonstrações financeiras, existem apenas ativos classificados na primeira e terceira categorias. (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis São ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Nas demonstrações financeiras, encontram-se classificados como "contas a receber" ou "outros ativos". c.1.2. Reconhecimento e mensuração As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados em seus preços de compra em cada data base de apresentação. Se o mercado de um ativo financeiro não for considerado ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a análise de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados. c.1.3. Compensação de instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros são apresentados por seu valor líquido quando há direito e intenção de compensá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. c.1.4. Impairment de ativos financeiros Ao final de cada período de apresentação, a Companhia avalia se há evidência objetiva de deterioração do valor de seus ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e perdas são reconhecidas somente se houver evidência objetiva de impairment. Isto acontece quando um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos têm impacto em seus fluxos de caixa futuros estimados. As perdas são reconhecidas se puderem ser estimadas de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de impairment incluem verificar se há situações reais de: • dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de recursos, garante ao mesmo uma concessão que um credor normalmente não consideraria; • tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que gere perdas aos credores; • desaparelhamento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de ativos financeiros, embora a diminuição não possa ser identificada através da análise individual dos ativos financeiros da carteira. Tais dados incluem: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo no carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o novo valor calculado considerando eventuais situações citadas anteriormente. Caso a perda por impairment seja constatada, a mesma é registrada diretamente no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como, por exemplo, uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment também é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. c.2. Passivos financeiros Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. No reconhecimento inicial, tais passivos são registrados por seu valor justo. Após este primeiro momento, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. Neste método, os custos de transação impactam o valor inicial do passivo, gerando efeito na determinação da taxa efetiva de juros. Esta taxa é aquela que desconta exatamente todos os fluxos de caixa do instrumento financeiro. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras. d. Contas a receber As contas a receber de clientes são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, além dos valores faturados, saldos de serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base na idade das contas vencidas e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos. e. Impostos diretos e indiretos a recuperar São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente. f. Imobilizado O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para impairment (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras receitas/despesas operacionais", na demonstração do resultado. Devido ao fato da Companhia não construir ativos que exijam longos prazos para sua conclusão, a Companhia não capitaliza juros de empréstimos.

g. Intangível O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment (esta última, se aplicável). Basicamente, os saldos registrados nesta rubrica referem-se a direitos de uso de softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • a Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; • o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e • o custo atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a estes critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Conforme citado anteriormente, devido ao fato da Companhia não construir ativos que exijam longos prazos para sua conclusão, a TIM Fiber RJ não capitaliza juros de empréstimos. Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil dos ativos. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente. h. Impairment de ativos não financeiros É realizada a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Para os ativos que tenham sofrido impairment dentro ter esta provisão (ou parte dela) revertida, caso seja constatado que as razões (ou parte delas) que tenham levado à constituição da provisão não mais existam na data de apresentação das demonstrações financeiras. i. Provisões Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. j. Contas a pagar aos fornecedores As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. k. Participação no resultado A Companhia provisiona mensalmente o valor estimado da participação de empregados em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e aprovadas pelos órgãos internos competentes. Tais valores são registrados como despesa de pessoal e alocados nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado. l. Imposto de renda e contribuição social Os impostos sobre a renda do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, sendo suas movimentações reconhecidas na demonstração do resultado. Não foram reconhecidos saldos de imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente. Os saldos de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são apresentados pelo seu valor líquido somente quando há direito e intenção de compensá-los em sua liquidação. m. Saldo corrente Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as possíveis assumidas pela Companhia nas declarações de impostos sobre a renda onde a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. n. Saldos diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e sobre (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de sua realização ser provável. o. Provisão para contingências É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia (internos e externos) e da Administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas foram consideradas remotas não são divulgadas. p. Patrimônio líquido Os principais itens que movimentam o patrimônio líquido da Companhia seguem as seguintes práticas contábeis: Capital social Registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação. Reservas Constituídas e utilizadas com base nos preceitos da Lei das Sociedades e do estatuto social da Companhia. Distribuição de dividendos A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculada com base no estatuto social, é reconhecida como um passivo ao final de cada exercício. Qualquer outro valor a ser distribuído como dividendos intermediários e pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, entre outros, somente é provisionado na data em que a distribuição adicional é aprovada pelos acionistas, em Assembléia Geral. q. Opções de compra de ações A Companhia opera planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços de determinados empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) outorgados. O valor justo dos serviços do empregado é reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, e é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente na reserva de capital. Os valores pagos aos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social e na reserva de capital, se aplicável, quando as opções são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. r. Reconhecimento de receitas Em linhas gerais, as receitas só são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos das transações fluirão para a Companhia e que seus valores possam ser mensurados de forma confiável. Os saldos são reconhecidos conforme os serviços são prestados, líquidos de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. As receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado puder ser estimado de forma confiável. Os saldos são reconhecidos mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de saldos não faturados do mês anterior são estornados e um novo cálculo de unbilled é feito a cada mês corrente.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 - antes das reclassificações Table with columns for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não circulante). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 - após as reclassificações Table with columns for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não circulante). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 - antes das reclassificações Table with columns for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não circulante). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 - após as reclassificações Table with columns for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não circulante). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 - após as reclassificações Table with columns for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não circulante). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 - após as reclassificações Table with columns for Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não circulante). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros, Contas a receber, etc.

